

Classe social e transfeminismo: Uma Análise sob a Perspectiva das desigualdades sociais

Thiago Aparecido Aranha dos Santos¹

Fecha de recepción: 17/08/2023

Fecha de aprobación: 11/12/2023

Resumo

Este artigo explora a interseção entre transfeminismo e classe, destacando as experiências e desafios enfrentados pelas pessoas transexuais. Ressaltamos que a análise aqui proposta, segue a abordagem marxista. O transfeminismo é uma vertente do feminismo que busca incluir e valorizar as vozes e vivências das pessoas trans, a classe examina as desigualdades sociais decorrentes das diferentes posições na estrutura socioeconômica.

Palavra Chave: CLASSE – RAÇA – GÊNERO – TRANSFEMINISMO - INTERSECCIONALIDADE

Abstract

This article explores the intersection between transfeminism and class, highlighting the experiences and challenges faced by transgender people. We emphasize that the analysis proposed here follows the Marxist approach. Transfeminism is a branch of feminism that seeks to include and value the voices and experiences of trans people, the class examines the social inequalities arising from different positions in the socioeconomic structure.

Keyword: CLASS – RACE – GENDER – TRANSFEMINISM - INTERSECTIONALITY

¹ Assistente Social, trabalhador do Sistema Único de Assistência Social em São Paulo. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC SP. Doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC SP. Professor na Pós-Graduação em Trabalho Social com Famílias na Faculdade Paulista de Serviço Social - FAPSS. Professor do curso de Serviço Social na Universidade Federal Educacional - UniFecaF. Pesquisador do NEAM - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamentos Marxista. Email: thiagouaranhas@gmail.com

1. Introdução

Para iniciar esse processo reflexivo, entende-se a necessária contextualização do transfeminismo que envolve compreender a origem, o desenvolvimento e as principais características desse movimento feminista que busca incluir e valorizar as vozes e vivências das pessoas trans. Observa-se que o mesmo surge como uma vertente do feminismo que reconhece a interseccionalidade das opressões e lutas das mulheres trans, questionando a ideia tradicional de gênero e buscando uma abordagem mais igualitária e ampla do feminismo. Esse movimento destaca a importância de reconhecer e respeitar a identidade de gênero de cada pessoa, independentemente de seu sexo atribuído no nascimento.

Uma das bases do transfeminismo é a compreensão de que o gênero é uma construção social e que as normas e expectativas de gênero são opressivas e limitadoras para todas as pessoas. O transfeminismo critica a cisnormatividade, que é a ideia de que as pessoas cisgênero (aquelas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento) são as únicas legítimas na sociedade, enquanto as pessoas trans são marginalizadas e invisibilizadas. Também enfatiza a importância da autonomia e autodeterminação das pessoas trans, reconhecendo que cada pessoa tem o direito de definir sua própria identidade de gênero. Isso implica respeitar o uso de nomes e pronomes escolhidos pela pessoa trans, bem como lutar por políticas e leis que garantam a proteção de seus direitos.

Outro fator importante nessa contextualização é a afirmação de que o transfeminismo está atento às interseções entre gênero e outras opressões, como raça, classe, sexualidade. Ele busca entender como essas opressões se entrelaçam e afetam as experiências das pessoas trans de maneiras diferentes, reconhecendo que a luta pela igualdade de gênero não pode ser separada da luta contra todas as formas de opressão, que aqui será apresentada baseando-se nas relações de produção apresentadas por Marx.

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (Marx, 1982, p. 25)

Observa-se ainda que o transfeminismo tem ganhado cada vez mais visibilidade e influência nos movimentos feministas contemporâneos, ampliando o debate e a compreensão sobre as complexidades das identidades de gênero e a necessidade de inclusão de todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero e é nesse contexto que não podemos separar o debate do modo de produção capitalista. A exploração do recorte de classe envolve analisar as desigualdades sociais e econômicas decorrentes das diferentes posições ocupadas na estrutura socioeconômica. O recorte de classe é uma perspectiva que considera as relações de poder e os privilégios

associados à distribuição de recursos, oportunidades e status social com base na posição de classe das pessoas.

Assim, pensar tal produção classe social refere-se a grupos ou categorias de pessoas que compartilham características socioeconômicas semelhantes, como renda, ocupação, nível educacional, propriedade de bens e acesso a serviços. Essas características influenciam o acesso a recursos materiais, como moradia, alimentação, saúde e educação, bem como o acesso a oportunidades sociais, políticas e econômicas.

As desigualdades de classe são evidentes em várias dimensões da vida social. Por exemplo, mulheres da classe trabalhadora mais pauperizadas tendem a ter menos acesso a educação de qualidade, a empregos bem remunerados e a serviços de saúde adequados. Elas também podem enfrentar dificuldades para acessar moradia segura e adequada, enfrentando condições de vida precárias.

Além disso, a perspectiva aqui apresentada foi escolhida na escolha de analisar a intersecção particular entre classe e transfeminismo que está interconectado com outros recortes sociais, como gênero e sexualidade. Por exemplo, mulheres de classes sociais mais baixas podem enfrentar desafios adicionais devido à intersecção dessas opressões, como a feminização da pobreza. Pessoas negras e de minorias étnicas também podem enfrentar desigualdades estruturais que combinam raça e classe.

O aprofundamento do recorte de classe é fundamental para compreender as disparidades sociais e econômicas existentes em uma sociedade. Isso permite identificar as injustiças e os privilégios associados à classe social e informar políticas públicas e ações que buscam reduzir as desigualdades e promover a justiça social. O recorte de classe é um componente essencial para uma análise interseccional mais completa, que considere a interação entre diferentes formas de opressão e desigualdade.

2. Transfeminismo: uma breve revisão

Conforme observado anteriormente, o transfeminismo é uma corrente do feminismo que busca incluir e valorizar as vozes, experiências e lutas das pessoas trans dentro do movimento feminista. A definição do transfeminismo varia entre diferentes ativistas e acadêmicas, mas em geral, ele se baseia na compreensão de que a luta pela igualdade de gênero não pode ser separada da luta pela liberdade e inclusão das pessoas trans. Reconhece que as opressões de gênero e identidade de gênero são interligadas e que todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, devem ser incluídas na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

As origens do transfeminismo remontam ao final do século XX e início do século XXI. Ele foi influenciado pelo ativismo e pelas teorias desenvolvidas por pessoas trans e aliados dentro do movimento feminista. Um dos marcos importantes do transfeminismo foi a criação do termo "transfeminismo" pela ativista e teórica trans Leslie Feinberg em seu livro "Transgender Warriors: Making History from Joan of Arc to Dennis Rodman" publicado em 1996. Nessa obra, Feinberg explorou as interseções entre o ativismo trans e o feminismo. Desde então, o transfeminismo tem se desenvolvido e se fortalecido como uma perspectiva teórica e um movimento prático. Busca desafiar a cisnormatividade (CISNE, 2018), que é a suposição de que a identidade de gênero de uma pessoa deve ser coerente com o sexo atribuído no nascimento. O transfeminismo também busca desconstruir normas de gênero rígidas e binárias, abraçando uma abordagem mais igualitária e fluida.

Pode-se afirmar ainda que o mesmo tem contribuído para ampliar o debate sobre identidade de gênero, oferecendo uma visão mais abrangente do feminismo que reconhece a diversidade de experiências e identidades. Ele destaca a importância da autonomia e autodeterminação das pessoas trans, bem como a necessidade de combater a discriminação, a violência e a exclusão que elas enfrentam. Vale ressaltar que o transfeminismo não é uma corrente homogênea e que há diferentes perspectivas e abordagens dentro dele. As experiências e demandas das pessoas trans variam amplamente e são influenciadas por outras dimensões de sua identidade, como raça, classe, sexualidade. Portanto, o transfeminismo é um campo em constante desenvolvimento, que busca refletir a diversidade e promover a justiça social para todas as pessoas trans.

Ao observar seu conceito mais aprofundado, pode-se observar que o transfeminismo é fundamentado em uma série de princípios e valores que guiam sua abordagem e lutas. Embora não haja uma lista definitiva ou universalmente aceita, podemos citar aqui alguns princípios e valores frequentemente associados ao transfeminismo:

Inclusão e diversidade: O transfeminismo reconhece a importância de incluir todas as pessoas trans, independentemente de sua identidade de gênero, origem étnica, classe social, orientação sexual, deficiência, entre outros aspectos. Ele valoriza a diversidade de experiências e identidades dentro das comunidades trans.

Autodeterminação e autonomia: O transfeminismo defende o direito das pessoas trans de determinarem sua própria identidade de gênero e de expressarem-se de acordo com essa identidade. Ele rejeita a imposição de normas de gênero binárias e rígidas, promovendo a liberdade de autodefinição.

Luta contra a cisnormatividade: O transfeminismo critica a cisnormatividade, que é a ideia de que as pessoas cisgênero são as únicas legítimas e que a identidade de gênero deve estar alinhada com o sexo atribuído no nascimento. Ele busca desafiar e desconstruir essas normas, reconhecendo a validade das identidades trans.

Interseccionalidade: O transfeminismo reconhece as interseções entre identidade de gênero, raça, classe social, sexualidade e outras formas de opressão. Ele entende que as experiências das pessoas trans são moldadas pela interação dessas múltiplas dimensões, e busca abordar essas interseções em suas lutas.

Solidariedade e alianças: O transfeminismo valoriza a solidariedade entre diferentes grupos marginalizados e busca construir alianças com outros movimentos feministas, movimentos LGBTQ+, movimentos antirracistas e outros movimentos sociais. Ele reconhece a importância da união e da luta conjunta contra as opressões sistêmicas.

Esses princípios orientam as lutas e demandas do transfeminismo, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária e respeitosa com todas as identidades de gênero. Vale ressaltar que o transfeminismo é um campo em constante desenvolvimento e que as perspectivas e ênfases podem variar entre diferentes ativistas e comunidades trans.

O transfeminismo enfrenta uma série de desafios e críticas que podem variar de acordo com contextos culturais, sociais e políticos. Alguns dos desafios e críticas mais comuns enfrentados pelo transfeminismo incluem:

Exclusão dentro do movimento feminista: O transfeminismo muitas vezes enfrenta resistência e exclusão dentro do próprio movimento feminista. Algumas correntes do feminismo não reconhecem ou valorizam as vivências e demandas das pessoas trans, levando a divisões e conflitos internos.

Cissexismo e cisnormatividade: O cissexismo refere-se à discriminação e opressão baseadas na identidade de gênero cisgênera. A cisnormatividade é a suposição de que a identidade de gênero deve estar alinhada com o sexo atribuído no nascimento. Essas formas de opressão afetam as pessoas trans e são desafiadas pelo transfeminismo.

Violência e discriminação: As pessoas trans enfrentam altos índices de violência e discriminação, incluindo violência física, verbal e institucional. O transfeminismo luta contra essas formas de opressão e busca promover a segurança e a proteção das pessoas trans.

Acesso a serviços de saúde: O acesso a serviços de saúde adequados, incluindo cuidados de saúde trans-afirmativos, é um desafio enfrentado pelas pessoas trans. O transfeminismo destaca a importância do acesso a serviços de saúde inclusivos, que respeitem a autodeterminação de gênero e as necessidades específicas das pessoas trans.

Estereótipos e representações negativas: As pessoas trans muitas vezes são retratadas de forma estereotipada e negativa nos meios de comunicação e na cultura popular. O transfeminismo busca desafiar essas representações, promovendo narrativas positivas e diversas sobre as pessoas trans.

Invisibilidade e marginalização de pessoas trans de grupos marginalizados: Pessoas trans que também pertencem a grupos marginalizados, como pessoas trans negras, indígenas ou com deficiência, podem enfrentar formas adicionais de opressão e marginalização. O transfeminismo busca abordar essas interseções e garantir que as vozes e experiências dessas pessoas sejam ouvidas e valorizadas.

Políticas e leis discriminatórias: Muitos países ainda têm políticas e leis discriminatórias que afetam as pessoas trans, como restrições ao acesso à identificação de gênero adequada, criminalização da expressão de gênero, entre outros. O transfeminismo se opõe a essas políticas e busca promover a igualdade de direitos e proteção legal para as pessoas trans.

É importante reconhecer esses desafios e críticas enfrentados pelo transfeminismo para continuar avançando na luta por uma sociedade mais igualitária. O transfeminismo busca superar esses obstáculos por meio da conscientização, da educação, do ativismo e da construção de alianças com outros movimentos sociais

3. A classe na relação capitalista: conceitos e perspectivas

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. (Marx, 2013. p.516)

Para compreender o conceito de classe social, nos apoiamos em Marx passando assim por conceitos e perspectivas que vão entrelaçar o recorte de classe aqui apresentado com as diversas violências de gênero apresentadas e, mais especificamente, à população de travestis e transexuais. Marx, um dos principais teóricos do socialismo científico, desenvolveu uma abordagem materialista histórico-dialético da história e da sociedade, que se baseia na relação entre as classes sociais e a produção econômica. De acordo com o autor a classe social é determinada pelas

relações de produção na sociedade capitalista. Ele trata de duas classes principais na sociedade capitalista: a classe burguesa e a classe trabalhadora.

Classe capitalista: A classe capitalista é composta pelos donos dos meios de produção, como fábricas, terras e recursos financeiros. Essa classe detém o controle dos meios de produção e tem como objetivo principal a busca do lucro. Eles empregam trabalhadores assalariados para realizar o trabalho produtivo e extraem mais-valia, que é a diferença entre o valor produzido pelos trabalhadores e o salário que recebem.

Classe trabalhadora: A classe trabalhadora é formada pelos indivíduos que vendem sua força de trabalho em troca de um salário. Eles não possuem meios de produção e dependem do trabalho assalariado para sobreviver. A classe trabalhadora é explorada pela classe capitalista, já que seu trabalho excede o valor do salário que recebem, gerando lucro para os capitalistas.

Segundo Marx, a luta de classes é uma característica intrínseca à sociedade capitalista. Ele argumenta que as contradições entre a classe capitalista e a classe trabalhadora inevitavelmente levam a conflitos e transformações sociais. Marx prevê que, em última instância, a classe trabalhadora se tornará consciente de sua exploração e se unirá em uma revolução para derrubar o sistema capitalista, estabelecendo uma sociedade socialista ou comunista baseada na propriedade coletiva dos meios de produção.

É importante destacar que a teoria marxista da classe social enfatiza a importância da estrutura econômica na determinação das relações sociais. De acordo com a teoria de Marx, a estrutura de classes na sociedade capitalista gera desigualdades e privilégios que são fundamentais para a compreensão do sistema econômico e social. Marx argumenta que essas desigualdades são intrínsecas ao modo de produção capitalista e derivam das relações de propriedade e do processo de acumulação de capital que são dos meios de produção.

Desigualdade econômica: A classe capitalista detém os meios de produção, como fábricas, terras e recursos financeiros, enquanto a classe trabalhadora, que não possui esses meios, é forçada a vender sua força de trabalho para sobreviver. Essa divisão cria uma grande disparidade econômica entre a classe capitalista, que acumula riqueza e poder, e a classe trabalhadora, que geralmente enfrenta condições de trabalho precárias e salários baixos.

Exploração do trabalho: A classe capitalista se beneficia da exploração do trabalho assalariado. Marx argumenta que os capitalistas pagam aos trabalhadores apenas uma fração do valor total que eles produzem. A diferença entre o valor do trabalho realizado e o salário recebido pelos trabalhadores é a mais-valia, que representa a fonte de lucro para a classe capitalista. Essa exploração do trabalho gera desigualdades significativas na distribuição da riqueza e do poder.

Acesso diferenciado a recursos e oportunidades: A classe capitalista, devido à sua posição de propriedade dos meios de produção, tem acesso privilegiado a recursos econômicos, educacionais e políticos. Eles têm maior influência nas decisões econômicas e políticas, o que lhes confere maior controle sobre a sociedade. Enquanto isso, a classe trabalhadora, que possui poucos ou nenhum recurso além de sua força de trabalho, enfrenta restrições e dificuldades no acesso a oportunidades e recursos fundamentais.

Alienação e falta de controle sobre o trabalho: Marx argumenta que na sociedade capitalista, os trabalhadores experimentam alienação em relação ao seu próprio

trabalho. Eles são separados do produto de seu trabalho e não têm controle significativo sobre o processo de produção. Essa falta de controle e autonomia no trabalho contribui para a desigualdade e para a perda de sentido e satisfação no trabalho.

Reprodução da desigualdade: Marx observa que as desigualdades de classe são reproduzidas ao longo do tempo, pois o capital tende a se acumular cada vez mais nas mãos da classe capitalista. Isso ocorre por meio de mecanismos como herança, investimento de capital, concentração de recursos e influência política, perpetuando e aprofundando a desigualdade.

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. (Marx, 2013. p. 516)

Ou seja, levando em consideração o que foi visto até o momento, levando em consideração a história da acumulação primitiva, pode-se afirmar que essas desigualdades de classe, são fundamentais para a manutenção do sistema capitalista, que depende da exploração do trabalho para gerar lucro. A luta de classes surge como uma resposta a essas desigualdades, com a classe trabalhadora buscando superar a exploração e transformar as estruturas sociais e econômicas em direção a uma sociedade mais igualitária.

4. Interseccionalidade: teoria e prática

Conforme nos apresenta Collins, 2021, a interseccionalidade é um conceito que foi desenvolvido por feministas negras nos anos 1970 e 1980, principalmente por meio do trabalho de acadêmicas como Kimberlé Crenshaw. Ela surge como uma abordagem teórica e política que reconhece que as formas de opressão, como raça, gênero, classe, sexualidade e outras, não são independentes e isoladas, mas sim interconectadas e interseccionais. No contexto feminista, a interseccionalidade busca compreender como as opressões se cruzam e se sobrepõem, afetando as experiências e vivências das mulheres de maneiras complexas e interligadas. Ela destaca que as mulheres não formam um grupo homogêneo, mas estão inseridas em diferentes estruturas sociais que podem influenciar suas vidas de maneiras distintas.

A interseccionalidade desafia a ideia de que existe uma única opressão central que engloba todas as outras (COLLINS, 2021). Em vez disso, ela reconhece que as experiências de opressão e privilégio são múltiplas e podem se manifestar de maneiras interligadas e interdependentes. A abordagem interseccional busca evitar a simplificação das experiências das mulheres, reconhecendo as complexidades e nuances de suas identidades e trajetórias. Ela destaca a importância de considerar as interações entre diferentes sistemas de opressão e a forma como eles se entrelaçam nas experiências vividas pelas pessoas.

Ao longo dos anos, o conceito de interseccionalidade tem sido amplamente adotado em diversas áreas do conhecimento, como estudos de gênero, estudos raciais, sociologia e ciências sociais em geral (COLLINS, 2021). Ele tem sido aplicado para analisar diversas questões sociais, como políticas públicas, discriminação no local de trabalho, violência de gênero, acesso à saúde, entre outros. Nesse sentido, a interseccionalidade

é uma abordagem teórica e política que reconhece e analisa as interconexões entre diferentes formas de opressão e privilégio, buscando compreender as experiências das pessoas de maneira mais abrangente e complexa. Ela desafia as visões simplistas e unidimensionais das opressões, levando em consideração as interseções e interações entre elas.

O transfeminismo interseccional é uma abordagem que cruza as perspectivas do transfeminismo com a análise interseccional, levando em consideração as interações entre identidade de gênero e classe social (COLLINS, 2021). Ele reconhece que as experiências das pessoas trans são moldadas não apenas por sua identidade de gênero, mas também pela sua posição na estrutura socioeconômica.

Ao adotar uma abordagem transfeminista interseccional, considera-se como a classe social pode influenciar as vivências das pessoas trans e como as opressões relacionadas a gênero e classe se entrelaçam. Alguns aspectos importantes dessa análise são:

Experiências e desafios específicos: O transfeminismo interseccional reconhece que as pessoas trans de diferentes classes sociais podem enfrentar experiências e desafios específicos. Por exemplo, pessoas trans de classes mais privilegiadas podem ter maior acesso a recursos financeiros, serviços de saúde e educação, enquanto pessoas trans de classes mais marginalizadas podem enfrentar dificuldades econômicas, falta de acesso a serviços essenciais e maior exposição à violência.

Interseção das opressões: A interseccionalidade destaca que a opressão de gênero e a opressão de classe não ocorrem isoladamente, mas estão entrelaçadas. Mulheres trans de classes mais marginalizadas podem enfrentar desafios adicionais devido à interseção dessas opressões, experimentando uma multiplicidade de desigualdades e discriminações.

Acesso a recursos e oportunidades: O transfeminismo interseccional examina como a classe social influencia o acesso a recursos e oportunidades. Isso pode incluir o acesso a cuidados de saúde trans-afirmativos, oportunidades de emprego, educação de qualidade, moradia segura e outros recursos necessários para o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas trans.

Lutas e demandas específicas: O transfeminismo interseccional reconhece que as lutas e demandas das pessoas trans devem levar em conta a interseção com a classe social. Isso envolve considerar a necessidade de políticas públicas e ações que abordem as desigualdades econômicas e promovam a igualdade de oportunidades para todas as pessoas trans, independentemente de sua classe social.

Ao cruzar as perspectivas do transfeminismo e da análise interseccional, o transfeminismo interseccional busca promover uma compreensão mais completa e abrangente das experiências e desafios enfrentados pelas pessoas trans em relação à classe social (BENEVIDES, 2022). Essa abordagem contribui para a construção de lutas mais solidárias, com o objetivo de alcançar uma sociedade mais justa e igualitária para todas as pessoas trans, independentemente de sua posição na estrutura socioeconômica.

5. Considerações finais

O transfeminismo possui um futuro promissor, com diversas perspectivas e recomendações para impulsionar sua influência e avanço. Algumas dessas perspectivas e recomendações incluem: Fortalecimento da inclusão: É essencial continuar fortalecendo a inclusão de todas as pessoas trans nas discussões e ações

transfeministas. Isso envolve garantir que as vozes das pessoas trans, especialmente aquelas que são marginalizadas devido a sua raça, classe, deficiência ou outras identidades, sejam ouvidas e valorizadas. Promover espaços seguros e acolhedores para a expressão de diversas experiências e perspectivas é fundamental.

Integração da interseccionalidade: O transfeminismo deve continuar a integrar a análise interseccional, reconhecendo as interações entre gênero, raça, classe social, sexualidade e outras formas de opressão. Isso implica em abordar as desigualdades e opressões de forma holística e considerar as experiências das pessoas trans em sua totalidade, além de construir alianças com outros movimentos sociais para uma luta conjunta contra todas as formas de opressão.

Educação e conscientização: Promover a educação e a conscientização sobre as questões trans e transfeministas é fundamental para combater a ignorância, o preconceito e a discriminação. Isso inclui fornecer informações precisas sobre identidade de gênero, desconstruir estereótipos e mitos, e promover a compreensão da diversidade de experiências e realidades das pessoas trans. A educação e a conscientização devem ser direcionadas a todos os setores da sociedade, incluindo escolas, locais de trabalho, profissionais de saúde, mídia e instituições governamentais.

Acesso a serviços de saúde adequados: É crucial garantir o acesso a serviços de saúde adequados, inclusivos e culturalmente sensíveis para pessoas trans. Isso inclui o acesso a cuidados médicos trans-afirmativos, apoio psicológico, terapia hormonal, cirurgias de confirmação de gênero e outros serviços relacionados à saúde. Os sistemas de saúde devem ser capacitados e sensibilizados para atender às necessidades específicas das pessoas trans, garantindo que elas sejam tratadas com dignidade, respeito e autonomia.

Assim, pode-se afirmar que este artigo teve como objetivo analisar a interseção entre o transfeminismo e o recorte de classe, destacando as experiências, desafios e demandas das pessoas trans em com ênfase na luta de classes. Para isso, analisamos o transfeminismo, seus princípios e desafios, assim como uma exploração do recorte de classe, suas definições e abordagens.

A partir daí, conseguimos discutir a interseccionalidade como uma ferramenta analítica crucial para entender as complexidades das lutas trans e feministas em relação à classe social. Observamos as vivências de pessoas trans que são moldadas pela interseção de gênero e classe, considerando questões como acesso a recursos, oportunidades, discriminação e violência.

Em seguida, caminhamos pelas estratégias e demandas do transfeminismo e do recorte de classe, buscando identificar formas de construir alianças entre movimentos feministas e de classe. Foram ainda analisadas as lutas e demandas específicas das pessoas trans em relação à luta de classe.

Neste sentido, conforme toda exposição aqui apresentada, finalizamos destacando a importância desse tema para as lutas por emancipação e por uma sociedade igualitária. O tema abordado é crucial na luta por direitos humanos e sociais e para a luta de classes que reconheça a classe trabalhadora em suas múltiplas determinações de raça, gênero, sexualidade, etc.

Referências bibliográficas

- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: um manifesto. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. Cadernos Pagu, Campinas. UNICAMP, v. 19, p. 59-90, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n19/n19a04.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2020.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 1º sem., 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2020.
- CRUZ, Maria Helena Santana. A crítica feminista à ciência e contribuição à pesquisa nas ciências humanas. Revista de Estudos de Cultura da UFS. 2014, p. 15-27. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/revtee/article/viewFile/2949/2596>. Acesso em: 11 jan. 2020.
- CRUZ, Maria Helena Santana; DIAS, Alfrancio Ferreira. Antifeminismo. Revista de Estudos de Cultura, n. 1, Jan/Abr, 2015, p. 33-42. Disponível em: <https://trapiche.revistas.ufs.br/index.php/revec/article/view/3651>. Acesso em: 5 jun. 2019.
- DOMINGUES, José Maurício. Aproximações à América Latina: desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz (Orgs.). Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 33-118.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- PEDRO, Joana Maria. O feminismo de "segunda onda". Corpo, Prazer e Trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012, p. 238-259.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. (Coleção História do Povo Brasileiro). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- RAGO, Margareth. Entre a história e a liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.